

“Marajás” não terão devolução dos descontos

O Governo não pretende devolver aos “marajás” do serviço público e das estatais do dinheiro que descontou nos últimos três meses dos salários que ultrapassavam ao vencimento de ministro de estado — 3.138,31 URV. Segundo um assessor da Secretaria de Administração Federal (SAF), a decisão do Congresso de rejeitar os vetos presidenciais que implicam na volta dos salários maiores do que o de ministro de Estado só vale a partir do momento que o Senado terminar de apreciar toda a Lei da isonomia — número 8.852. A SAF ainda não sabe qual vai ser o impacto na folha do funcionalismo da decisão do Congresso na última quarta-feira.